

Regime de comunhão de bens e união estável

» SACHA CALMON
Advogado



Foi-se o tempo em que o regime de inexistência formal de casamento e o regime de comunhão parcial livrava o cônjuge de responsabilidade civil e patrimonial. Hoje à falta de contrato expresso, tanto o regime de matrimônio como o concubinato fiel geram responsabilidade. Apenas o concubinato infiel que existe quando um ou os dois amantes é casado está a exigir definição jurisprudencial.

Para quitar a dívida referente a oito cheques sem fundos, a 1ª Câmara de Direito Comercial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina deferiu o pedido de penhora da meação do imóvel adquirido em nome do companheiro da executada. A credora ajuizou uma ação monitória em 2019. Apurou que a executada tinha uma união estável com um homem há mais de 16 anos, com registro de uma cerimônia religiosa. Também descobriu que o casal reside com dois filhos em um imóvel, mas adquiriu uma segunda propriedade em 2013, por meio de contrato de gaveta, em outra cidade.

O magistrado de origem inicialmente negou a penhora porque não tinha conhecimento certo do regime conjugal estabelecido entre a executada e o seu companheiro. Inconformada, a mulher recorreu ao TJSC. Os desembargadores concluíram, por unanimidade, que os bens adquiridos pelo casal após a constituição da união estável, ainda que em nome apenas do companheiro, não integrante do polo passivo da lide, respondem pela execução até o limite da meação que cabe ao executado (processo nº 5019662-50.2022.8.24.0000).

O ato civil de conviver ou viver juntos traz responsabilidades mútuas e perante terceiros, inclusive os fiscos federais, estaduais e municipais, sem falar no INSS e compromissos sobre a égide da CLT. Os bens do devedor respondem pelas suas obrigações e se comunicam aos cônjuges com ou sem casamento formal (civil). Penso que essa orientação é acertada. A jurisprudência tem papel normativo inegável em qualquer área do convívio social. No caso do Direito familiar e sucessório bem como no Direito das obrigações grande é a sua influência, suprindo a inexistência de leis ante a multifacetada realidade social.

Para lá do direito de família existe a questão social brasileira ainda sem solução. Noutras palavras precisamos primeiro dar escolas e medicina para toda a população, acabar com a política de seguir "pessoas" para seguir programas políticos e econômicos que resgatem da pobreza e ignorância endêmica em vigor no país. Não consigo enxergar uma concentração de esforços governamentais no sentido de instruir toda a população como ocorreu na China, de modo a fazer avançar a sociedade inteira.

Voltando ao regime matrimonial, é de se dizer com toda clareza que a informalidade é a regra para a maioria da população, o que traz insegurança para as partes e, eventualmente, para a família do casal, prejudicando a sociedade, bastando saber que 42% dos lares com filhos no Brasil são sustentados por mulheres, o que é um contrassenso inaceitável, sem falar na injustiça da situação.

Não por acaso, o Brasil é o país que mais empregos domésticos possui entre os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, se assim quiserem. Finalmente, sem um perfil conhecido da sociedade (o censo foi um fracasso, ainda no governo anterior) não é possível estruturar políticas sociais que nos permita uma saída consistente da posição atrasada em que nos encontramos.

Como sabido o mundo moderno concentra população diversa em termos de raças: brancos caucasianos e mediterrâneos e negros sudaneses ou bantus e amarelos, sem falarmos nos hindus, sejam os do vale do Rio Indo, sejam os demais do sul do subcontinente.

Foi-se o tempo de Roma, potência dominante do ocidente ou do império da China, que duraram séculos (no Ocidente e no Oriente e seus regimes matrimoniais contra as mulheres). A poligamia semítica e o

mandarinato chinês. Não se diz que Salomão tinha mais de mil esposas e David cobijava a mulher de Urias? No mundo, o modelo prevalente é o monogâmico e até onde a poligamia existe, nos países muçulmanos, o regime é regrado.

O direito de família internacional e a noção de pátrio poder variam pelo mundo afora com a predominância do casal monogâmico e do direito das mulheres (inclusive o de defesa patrimonial) que são altamente importantes.

No século 21, a emergência política e social das mulheres é proativa, até pelo incremento dos meios de comunicação e o surgimento das redes sociais mundiais (Google, Tik Tok, etc.). É de se esperar que a igualdade política, social, educacional e cultural entre homens e mulheres seja alcançada até 2040, pois à medida que o tempo passa mais rapidamente, os pontos que interessam às pessoas em geral, no caso as mulheres, avançam com velocidade jamais vista em outros tempos, ao longo de vir histórico.

Ao cabo, o que sempre esteve em jogo no relacionamento do homem e mulher são a comunhão de corpos, regime de bens e a proteção da prole. O fato é sociológico e jurídico, em termos intertemporais ou geográficos.

Por que o Brasil não deu certo

» JAIME PINSKY
Historiador, editor, professor titular da Unicamp

Houve um tempo em que se discutia o futuro do Brasil. O escritor Stefan Zweig, muito famoso na ocasião, saiu da Áustria e veio se refugiar nestas terras tropicais, tentando fugir do nazismo. Após escrever um livro em homenagem à terra que o recebeu (*Brasil, país do futuro*), deu fim à própria vida.

Os Estados Unidos haviam crescido de forma vertiginosa no século 19, enquanto nós havíamos marcado passo graças a um sistema agrário arcaico, que explorou mão de obra escrava até nos tornarmos o último país ocidental a conservar esse tipo de força de trabalho, humilhante para explorados e exploradores (além de pouco eficaz). Mesmo assim, havia os que acreditavam no futuro do país e Zweig não foi o primeiro nem o último.

Minha geração também acreditou. Em alguns momentos parecia faltar pouco para deslancharmos de vez. Mas alguma coisa sempre acontecia. Ou era um governo particularmente ruim, ou a conjuntura internacional que nos desfavorecia, ou falta de infraestrutura, ou pouca gente fazendo faculdade, ou muita gente fazendo faculdade, ou dengue, ou tantas outras coisas... E a gente acreditando no futuro do Brasil.

A triste conclusão, depois de tudo, é que o país não vai. Vai é ser sempre o que já é: uma terra de gente simpática, agradável, sociável, mas um país de segunda, com enorme desigualdade social, uma elite econômica tendendo para a arrogância, o povo defendendo-se com certa dissimulação, corrupção endêmica e estrutural, governantes de todos os poderes usufruindo as benesses de seus cargos, e o país, como um todo, dissociando-se, cada vez mais, das economias

principais — dos tigres asiáticos, dos ursos europeus, dos cangurus australianos e até das lhamas andinas.

Sim, temos um motivo estrutural para isso: o Brasil tornou-se em 1822, formalmente, um Estado nacional, mas não era nada disso. A maior parte dos países se organiza de baixo para cima, criando, paulatinamente, uma consciência de identidade nacional e só depois busca se constituir politicamente, desvincular-se de ligações que eventualmente tinha (dependência política, heterogeneidade cultural ou religiosa, libertação nacional).

O Estado nacional vem depois, não antes. Basta pensar como se constituíram Estados nacionais tão diversos como Estados Unidos, França, Rússia, Israel ou Angola para que esses processos históricos fiquem claros. No Brasil ocorreu algo bem diferente: tivemos um filho do rei de Portugal liderando um suposto movimento em um país onde representantes de povos indígenas e africanos, que constituíam a maioria da população, não foram sequer consultados e, no caso dos cativos (formalmente escravizados ou não), sequer libertados.

Por seu lado, temos que reconhecer que a razão estrutural, esse pecado original de nossa formação, não pode explicar tudo. Afinal, tivemos mais de 200 anos depois da independência formal para superar esse problema e não o fizemos. Entra governo, sai governo e continuamos atrás. Pesquisas recentes, publicadas por economistas respeitáveis, chamam a atenção para o fato de continuarmos atrasados.

Há décadas corriamos atrás da China. Depois, dos demais tigres asiáticos. Também ficamos vendo a poeira levantada pelos grandes felinos. O diagnóstico é o de sempre:

nossa mão de obra é pouco eficaz, tanto técnica quanto cientificamente. Não preparamos adequadamente as pessoas, e o resultado é a baixa rentabilidade. Isso não tem a ver com inteligência ou habilidade de nossa mão de obra. Tem a ver com formação, escolaridade.

Ora, uma boa escola precisa de bons professores. Não adianta ter programas e mais programas de livros para os alunos. Um bom professor consegue dar aulas com livros de alunos de qualidade sofrível, mas para um professor malformado não adianta os alunos terem os melhores livros. São os professores que precisam ter os melhores livros, os mais atualizados. São eles os formadores de cientistas, técnicos e operários. Se não tivermos bons professores, decentemente remunerados e sabiamente exigidos, não poderemos ter gente qualificada e eficaz em suas atividades.

Há 30 anos, no governo Itamar Franco, uma comissão de professores, intelectuais e representantes da sociedade foi formada para discutir o assunto no Ministério de Educação, e a conclusão foi que professores do ensino público deveriam receber livros de qualidade para sua formação. Essa comissão, dirigida pela grande educadora recentemente falecida Magda Soares, fez um belo trabalho. Contudo, como aqui não há política de Estado e sim política de governo, a coisa não se manteve.

Hoje precisamos de muito mais que livros para professores (embora eles continuem imprescindíveis). Contudo, pelo que se vê e lê, o Brasil parece ter outras prioridades. Mas, como não falta combustível para levar o pessoal de volta aos currais eleitorais nos fins de semana, está tudo bem por aqui.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Desmatamento

Entra governo, sai governo e o velho e conhecido problema ambiental da destruição irreversível de nossos biomas persistem, ora aumentando, ora diminuindo, mas nunca deixadno de acontecer. São centenas de milhares de quilômetros quadrados que vão desaparecendo a cada ano, seja pelo fogo, seja através de máquinas, mas sempre por ação humana direta, deixando claro, não só para aqueles que acompanham de perto essa tragédia diária, mas para a maioria dos brasileiros, que esse parece ser um problema nacional sem solução definitiva. Ao menos é o que temos assistido até aqui.

De nada adiantam discursos e medidas midiáticas, apenas para o público ou para os países que ainda investem bilhões em ações de preservação do meio ambiente. Não há solução à vista, isso é um fato. Já deu para perceber que tanto governos de direita como de esquerda não entendem a questão e pior, fingem que entendem, anunciando sempre, com pompa e muita propaganda que esse é um problema resolvido.

Há por detrás dessas destruições interesses de toda a ordem, inclusive relativos ao próprio governo. São múltiplos também os atores que concorrem, direta e indiretamente, para que esses desflorestamentos persistam por anos e anos, deixando como saldo regiões imensas, maiores que muitos países do planeta, transformadas em verdadeiros e inóspitos desertos. Nesse balaio de formigas saúvas, estão misturados ONGs, mineradoras, o agronegócio, madeireiros dentro e fora do país, índios, políticos, multinacionais e uma infinidade de outros sujeitos, todos com sua devida parcela de responsabilidade.

A situação é tão surreal e tamanha que chega ser estranho que ainda não exista, de forma objetiva e atuante, uma bancada do meio ambiente dentro do nosso parlamento. Trata-se, como já deu para notar, de um problema, que mesmo por suas dimensões e consequências futuras, não é tratado com empenho por nenhum governo, seja ele local ou nacional.

Ao contrário do que ocorre com outras ações do governo, mais visíveis e com maiores ganhos eleitorais imediatos, não se vê, em parte alguma, campanhas institucionais alertando para o tema da destruição de nossas riquezas ambientais. Todos temos parcela e responsabilidades por essa tragédia. Questões como o aquecimento global, redução dos recursos hídricos, esgotamento e empobrecimento do solo e desertificação parecem não incomodar as autoridades deste país e muito menos a população, que segue desinformada sobre as sérias consequências que essas catástrofes acarretarão para toda a humanidade.

Nas escolas, o problema da destruição contínua de nossas riquezas, causas e consequências também não são abordados. Quando são, é de forma transversal. Para os brasileiros que estão mais ligados nesse tema, o resultado de todo esse lento e crescente desmatamento já pode ser percebido com o aumento da temperatura, a baixa na produção das terras, no desaparecimento de cursos d'água, alguns outrora com grande vazão, o desaparecimento de vida silvestre, o prolongamento de secas e seu inverso, com chuvas torrenciais que destroem tudo e lavam o solo, e toda uma reviravolta da natureza que vai, a cada dia, tornando o próprio planeta um ambiente hostil para os humanos.

Em nosso caso particular, já que a capital do país fica encravada bem no centro do Cerrado, cercado de vastíssimas lavouas, onde se pratica, intensamente, a monocultura de espécies transgênicas, todas voltadas para o mercado externo, a questão do desmatamento repercute e traz preocupações para todos. Apenas nos últimos quatro meses a destruição do Cerrado apresentou um crescimento de mais de 17%, atingindo uma área de aproximadamente 2.133 Km², um recorde.

Por se tratar de uma região cujo o equilíbrio ecológico é um dos mais delicados do mundo, essa é uma notícia ruim para os brasileiros e para o Brasil. Os responsáveis maiores nesse caso são os empresários da agropecuária, que não têm respeitado os limites de desmatamento, criando o gado e expandindo suas atividades Cerrado adentro. Fazem isso com a certeza de que as punições não virão. Se mesmo os gigantes tsunamis de poeira, com o prolongamento das estiagens, aumento significativo da temperatura e desaparecimento de rios não assustam essa gente, que dirá a fiscalização do governo, sempre falha e inócuca.

Pudesse toda essa questão ser trabalhada sem interferências políticas ou ideológicas, entregando todo esse problema nas mãos de técnicos ciosos de sua função, com suporte de autarquias, infensas as ações dos governos de plantão, funcionando ininterruptamente sem intromissões e com recursos próprios, talvez o tema do desmatamento seria minorado e deixaria de aparecer nas manchetes dos noticiários do país e do mundo.

» A frase que foi pronunciada

"Encontrou-se, em boa política, o segredo de fazer morrer de fome aqueles que, cultivando a terra, fazem viver os outros"

Voltaire

Momento difícil

» Nossos sentimentos à família de Orlando Rosa, cinegrafista da TV Brasília falecido em acidente.

Lei Seca

» Uma medida tão simples reduziria o número de mortes e acidentes. O álcool é o grande responsável pelas consequências desastrosas na cidade e entorno.

» História de Brasília

Assim, vejamos: o arroz de 35 cruzeiros o quilo, é revendido a 75; o leite, de 30 cruzeiros, é revendido a 35, e o azeite, de trezentos e poucos cruzeiros, custa, fora, mais de 400 cruzeiros. (Publicada em 18.03.1962)